



ISSN 1984-5634

ARTIGO LIVRE

## **O ANTICOMUNISMO PARANOICO: A REAÇÃO CONSERVADORA AOS MOVIMENTOS DE CONTRACULTURA NO BRASIL DITATORIAL (1968-1979)**

*Paranoid anti-communism: the conservative reaction to  
counterculture movements in dictatorial Brazil (1968-1979)*

**VALDIR ERICK DOS SANTOS\***

### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo discorrer sobre o impacto dos movimentos de 1968 no Brasil e o desenvolvimento da chamada “contracultura” em plena Ditadura de Segurança Nacional (1964-1985), bem como a consequente reação anticomunista e conservadora de repressão política e de vigilância a esses movimentos que eram vistos, seguindo a lógica da Doutrina de Segurança Nacional, como provas da subversão do “comunismo internacional” presentes e atuantes no Brasil. Usamos como fontes documentos produzidos pela comunidade de Informações da ditadura de Segurança Nacional centralizada no Serviço Nacional de Informações (SNI).

**PALAVRAS-CHAVE:** Anticomunismo; Contracultura; Ditadura de Segurança Nacional.

### **ABSTRACT**

This article aims to discuss the impact of the 1968 movements in Brazil and the development of the so-called “counterculture” in the midst of the National Security Dictatorship (1964-1985), as well as the consequent anti-communist and conservative reaction of political repression and surveillance to these movements that were seen, following the logic of the Doctrine of National Security, as evidence of the subversion of “international communism” present and active in Brazil. We used as sources documents produced by the Information community of the National Security dictatorship centralized in the National Information Service (SNI).

**KEYWORDS:** Anti-communism; Counterculture; National security dictatorship.

## **INTRODUÇÃO**

Após a vitória do golpe de Estado de 1º de abril de 1964, o Brasil viveu momentos tão incertos e turbulentos quanto os da crise anterior ao golpe. A preocupação dos militares golpistas era “limpar” o ambiente político, social e moral do Brasil que havia sido “contaminado” pelos demagogos, populistas, corruptos e, especialmente, pelos supostos comunistas. O período de 1964

\* Licenciado (2019) e Mestre (2022) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bacharelado em História no Departamento de História da mesma universidade. ORCID iD: 0000-0003-3662-4360. E-mail para contato: errickk.santos@gmail.com.

### **EDITOR-CHEFE:**

Vicente da Silveira Detoni

### **EDITORA-GERENTE:**

Renata dos Santos de Mattos

**SUBMETIDO:** 02.06.2021

**ACEITO:** 24.11.2021

### **COMO CITAR:**

SANTOS, V.E.

O anticomunismo paranoico:  
a reação conservadora aos  
movimentos de contracultura  
no Brasil ditatorial  
(1968-1979). *Aedos*, v. 14, n.  
32, p. 253-271, jul.–dez., 2022.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

a 1968 foi de disputas dentro da própria instituição militar e do governo golpista, e os movimentos ocorridos no Brasil e no mundo no contexto das manifestações de 1968 constitui um ponto de inflexão na história da ditadura civil-militar de Segurança Nacional<sup>1</sup> (a partir daqui somente “ditadura”) e nos rumos que esta tomaria, tendo em vista que especializa seu aparato repressivo no sentido de combater todos aqueles que se opusessem aos valores defendidos pelo governo, ou seja, a moralidade cristã-ocidental e defesa intransigente do capitalismo e seu país-guia, os Estados Unidos. Na década de 1970 os aparelhos de repressão e informação já estavam consolidados e plenamente atuantes no Brasil. O Sistema Nacional de Informações, ou Comunidade de Informações, era responsável pela vigilância e repressão aos distintos movimentos de oposição ao regime. A grande ênfase investigativa da comunidade de informações era sobre os grupos de esquerda, seja adepta da luta armada ou não. Entretanto, diversos outros movimentos e indivíduos estavam igualmente sobre o campo de visão do aparato repressivo. Neste texto, em diálogo com a pesquisa em andamento sobre o anticomunismo brasileiro na década de 1970, focaremos nossa análise aos grupos da chamada contracultura - especialmente o movimento *hippie*, constantemente vigiado pelos órgãos de informação -, e de que forma essa vigilância por parte da ditadura brasileira estava ligada a um consolidado imaginário anticomunista no país.

## 1968: OPOSIÇÃO E CONTRACULTURA NO BRASIL

O ano de 1968 ainda é um marco na história contemporânea e especialmente dos movimentos culturais e sociais do século XX. Embora os eventos na Europa, especialmente o famoso “maio francês”, sejam amplamente reconhecidos como símbolo daquelas lutas, no Brasil os movimentos de 1968 também foram de extrema importância, inclusive antecedendo as manifestações na Europa.<sup>2</sup>

Os incipientes movimentos de oposição à ditadura instalada em 1964 já se articulavam desde 1966 após a edição dos primeiros atos institucionais e demais leis repressivas, fortalecendo-se ao final do governo Castelo Branco, que terminou com grande descrédito entre os apoiadores do golpe.<sup>3</sup> Em um cenário de perda de apoio entre setores da elite e da classe média houve uma reorganização da oposição, haja vista que em 1968 alguns grupos políticos de relevância - como setores da Igreja Católica, escritores, artistas, intelectuais, professores e sindicalistas - mostravam-se descontentes com

1 Utilizamos o conceito Ditadura de Segurança Nacional, vigente entre 1964 e 1985, devido à centralidade que a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) teve durante todo o período ditatorial, especialmente no que se refere à arquitetura e manutenção dos aparatos de repressão-informação. Os debates historiográficos acerca do caráter da última ditadura brasileira são antigos, pesquisadores adotam conceitos como “ditadura militar”, “ditadura civil-militar”, “ditadura empresarial-militar” etc. Cf. JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 - 251, jan./mar. 2018; FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60 - 2004; MELO, Demian Bezerra. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós 1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*, Ano XIII, n. 27, 2º Semestre 2012, pp. 39-53; RIDENTI, Marcelo. The debate over Military (or civilian-military?) Dictatorship in Brazil in historiographical context. In: *Bulletin of Latin American Research*, c. 37, n. 1, pp. 33-42, 2018.

2 A produção historiográfica e memorialística sobre 1968 é incomensurável. Citamos aqui alguns trabalhos de referência: VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Editora UNICAMP, 2008. VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. São Paulo: Editora Planeta Brasil, 2008; ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. *1968: eles só queriam mudar o mundo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

3 Importante ressaltar, que apesar da imagem de legalista ou liberal, o primeiro governo ditatorial foi responsável por expurgos no serviço público e nas Forças Armadas; cassação de mandatos parlamentares e seus direitos políticos; prisões arbitrárias, perseguições e assassinatos de opositores; fechamento do Congresso Nacional; instituição do bipartidarismo; além de uma revisão da Lei de Segurança Nacional e outorga de uma nova Constituição em 1967. (FICO, 2016, p.55-59; REIS, 2005, p. 37-45)

as denúncias de tortura e prisões ilegais por parte do governo. Além dos grupos citados, a oposição legalizada (Movimento Democrático Brasileiro - MDB) também começava destacar-se. Mas foi a reorganização do movimento estudantil que deu o tom dos movimentos de oposição neste período. O movimento estudantil ganhou vulto após breve interregno causado pela intensa repressão resultante da “operação limpeza” de 1964. Segundo Reis, naquele momento suas reivindicações retomavam aspectos da reforma universitária anterior ao golpe, sendo ligadas às demandas pelas “liberdades democráticas”. Contudo, as manifestações públicas “agora se inseriram no contexto do ano quente de 1968, quando irromperam todas as rebeldias, e os sistemas dominantes em todo mundo pareceram vacilar” (REIS, 2005, p. 49).

Segundo Teixeira Ribeiro, o universo político social e cultural em que vivemos é, em grande medida, resultado das mudanças ocorridas no contexto de 1968, bem como “as conquistas e as perdas que vivemos hoje apresentam relação direta com aquele ano e seus marcantes acontecimentos” (RIBEIRO, 2013, p. 196). Muitos fatores nos auxiliam a compreender historicamente aquele período: a complexa nova ordem mundial que emergiu da Segunda Guerra Mundial; questionamento do *status quo* e de sistemas como o patriarcalismo; decepção com as falsas promessas democratizantes após a derrota do nazifascismo, entre outras questões. Em suma, as esperanças dos movimentos sociais, feministas, revolucionários e mesmo progressistas “foram frustradas por políticas de restauração do *status quo ante*”, com a recuperação do poder pelos políticos tradicionais e o domínio do capital” (RIBEIRO, 2013, p. 199). Também é essencial compreendermos a importância da nova geração nascida após a guerra e que cresceu questionando os valores e formas de organização da vida social. A geração “baby boom” estava sendo criada em um universo diferente “caracterizado pela ampliação do acesso e da permanência no sistema educacional superior, que fora aberto para a pequena burguesia e para alguns segmentos das classes trabalhadoras”. Nesse sentido as universidades passam a ser um importante espaço de socialização, aprendizagem, militância política e questionamento do mundo, constituindo espaços centrais nas manifestações de 1968 no Brasil e no mundo (RIBEIRO, 2013, p. 200-201).

Eric Hobsbawm também destaca a importância dos sistemas educacionais e universidades nesse contexto. Segundo o historiador inglês, neste período, multiplicava-se o número de instituições capazes de abrigar o grande número de estudantes da geração “baby boom”, especialmente na década de 1970, quando o número de universidades no mundo quase dobrou. Esses estudantes e seus professores, contados aos milhões ou pelo menos centenas de milhares, “constituíam um novo fator na cultura e na política” (HOBSBAWM, 1995, p. 292). Foi a partir das universidades e das mobilizações estudantis que eclodiram as diversas manifestações. Segundo Hobsbawm, foram levantes simultâneos correspondentes aos que os revolucionários sonhavam desde o outubro soviético de 1917, “estudantes se rebelaram desde os EUA e o México, no Ocidente, até a Polônia, Tchecoslováquia e Iugoslávia, socialistas, em grande parte estimulados pela extraordinária irrupção de maio de 1968 em Paris” (HOBSBAWM, 1995, p. 292-293). No Brasil, por exemplo, são amplamente lembradas as manifestações de estudantes secundaristas e universitários e as tentativas de reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE) posta em ilegalidade depois do golpe.

Esses movimentos de 1968 colocaram a juventude e os estudantes como protagonistas das lutas políticas, sociais e culturais ao longo do século XX, criando assim uma “cultura juvenil” que, conforme Elisabeth Silva, foi expressiva a partir desses acontecimentos da década de 1960:

A emergência de uma cultura juvenil proporcionou um questionamento dos valores até então estabelecidos e aceitos, culminando com o levante estudantil de maio de 1968 na França, mas também em outras grandes cidades do mundo. A revolta contra o sistema escolar transformou-se na revolta contra toda forma de autoridade, a recusa dos valores da sociedade burguesa e industrial e a busca por maior liberdade individual. Alguns desses ideais orientaram o surgimento da cultura *hippie*, como o desejo de retomar valores comunitários e religiosos, ao mesmo tempo em que proliferava uma tendência de evasão e hedonismo a partir das drogas e do sexo. Desse processo resulta a imposição de alguns valores juvenis na cultura da sociedade e a expansão do culto ao indivíduo. (SILVA, 2011, p. 11)

Segundo Marcos Napolitano, embora derrotados no seu objetivo maior - fazer a revolução cultural e social no seio do capitalismo -, essas manifestações impactaram profundamente os sistemas políticos e culturais de seus países, como se verá claramente com o surgimento de movimentos de contracultura nos anos seguintes. Conforme o historiador:

A partir deles, surgiu uma nova geração de intelectuais e de pautas políticas, além de registrar, para a História, o rosto heroico do ideal juvenil em revolta com as injustiças do mundo. Temas ligados ao cotidiano (como as relações amorosas) a liberdade sexual e ao corpo se impuseram nos debates públicos (NAPOLITANO, 2020, p. 124).

Retomando a análise sobre o pós 1968 no Brasil, é necessário que façamos alguns apontamentos sobre o ambiente cultural no país após a efervescência cultural, política e social vivida até o fechamento do regime. Em texto sobre a vida cultural no Brasil sob o AI-5, período mais crítico da ditadura, Napolitano afirma que o campo artístico-cultural hegemônico pela esquerda viveu um momento paradoxal, levando em consideração que “por um lado estava cerceado pela censura rigorosa às artes, sofrendo repressão direta a artistas engajados” e por outro lado passava por “um momento criativo e prestigiado socialmente” assumindo o importante “lugar da resistência e da afirmação de valores antiautoritários” (NAPOLITANO, 2018, p. 173).

É relevante destacar que, embora os movimentos artístico-culturais atuantes no período sejam estigmatizados pelo Estado de Segurança Nacional como integrantes de um mesmo “movimento comunista internacional”, existem diferenças importantes entre eles. Segundo Ridenti, o campo ligado à esquerda tradicional teve sua presença marcante a partir da década de 1950, e a atuação dos movimentos artístico-culturais ligados ao PCB foi responsável pela construção do que o autor chama de “brasilidade revolucionária”:

Os dramaturgos, cineastas, escritores e demais artistas e intelectuais do PCB faziam parte de uma empreitada mais ampla da época, de popularizar a arte e a cultura brasileira, registrando a vida do povo, aproximando-se do que se supunha fossem seus interesses, comprometendo-se com sua educação, buscando ao mesmo tempo valorizar suas raízes e romper com o subdesenvolvimento - mesmo que, por vezes, incorrerem em certa caricatura do popular e em práticas autoritárias e prepotentes que envolviam o mito do partido como intérprete qualificado das leis da História. Ou seja, artistas e intelectuais comunistas foram agentes fundamentais do que se pode denominar de brasilidade revolucionária. (RIDENTI, 2010, p. 74-75)

Em que pese a importância dos comunistas e do(s) seu(s) partido(s) para construção e disseminação de uma interpretação da cultura brasileira, essa corrente por eles defendida também tornou-se limitadora para atuação dos novos grupos emergentes de 1968. Para os comunistas, a cultura deveria tratar sobre as lutas sociais, a emancipação dos trabalhadores, as dificuldades sofridas pelo povo pobre e explorado,

a repressão e autoritarismo, ou seja, os movimentos contraculturais que não se detinham diretamente sobre essas questões foram vistos como individualistas, idealistas, utópicos, pequeno-burgueses etc.

A repressão do Estado de Segurança Nacional atingia a todos os setores culturais e políticos, todas as correntes estéticas e ideológicas que lutaram por espaço e reconhecimento no fértil período experimentado até o golpe, desde os famosos tropicalistas da vanguarda cultural, comunistas ligados à corrente nacional-popular e revolucionários da esquerda radical. Os mais diversos grupos e correntes guardavam suas diferenças, unindo-se apenas na crítica à ditadura.<sup>4</sup>

Segundo Leon Kaminski, as manifestações e movimentos surgidos ao final de 1960 que buscaram a transformação das sociedades por meio de mudanças culturais, embora heterogêneas e fragmentadas, foram todas denominadas como contracultura. Conforme o autor, essas expressões artístico-culturais tiveram bastante vigor no Brasil a partir da primeira metade da década de 1970. O mais conhecido movimento de contracultura no Brasil talvez tenha sido o Tropicalismo, mas o movimento *hippie* foi um dos que mais se difundiu. Kaminski, ao analisar o combate ao movimento *hippie* pelo prisma do combate aos comunistas, afirma que a contracultura se difundiu amplamente no país, por isso a necessidade do regime de reagir a essas mudanças que representaram “a procura por novas linguagens e formas de expressão, em diálogo com as manifestações de contracultura internacional, [e] pode ser observada na produção de cinema marginal, no teatro, na poesia, na música e na imprensa alternativa” (2016, p. 469-470). Conforme Adrianna Setemy:

No final da década de 1960, a medida que se intensificava a influência da contracultura no Brasil, especialmente através dos meios de comunicação de massa, os elementos de crítica sugeridos pelo tropicalismo foram se aprofundando cada vez mais, resultando em uma radicalização da crítica comportamental e em uma diversificação das suas formas de manifestação e atuação, especialmente pelos canais controlados pelo sistema, tais como a imprensa escrita, a televisão, o cinema, o teatro, o rádio e a moda. Assim, crescia cada vez mais o abismo entre a geração da década de 1960 e a geração de seus pais, não apenas em termos políticos e econômicos, mas também em termos culturais e comportamentais [...] (2019, p. 14)

O ideal dos movimentos de contracultura, afirma Napolitano (2020), era fundir a vida cotidiana e as artes na construção de um mundo novo a partir dos indivíduos, subvertendo os valores da sociedade capitalista, industrial e de consumo. A contracultura seria “o termo que sintetiza as atitudes, os comportamentos, e as expressões artísticas e intelectuais que rejeitam a sociedade de consumo idealizada do *American way of life*”. Ainda que esses movimentos tenham passado despercebidos pela grande indústria cultural, boa parte da produção e do consumo artístico se fez por circuitos alternativos, o que gerou também novas maneiras de socialização e formação de grupos que se colocam à margem dessa sociedade criticada (NAPOLITANO, 2020, p. 129-130). Em outro texto, o historiador pontua a relevância do desenvolvimento das “comunidades contraculturais” no Brasil durante o período mais agudo de repressão:

4 Os grupos artístico-culturais presentes no período são diversos e possibilitariam uma ampla e proveitosa análise, especialmente contrastando com o conservadorismo da sociedade brasileira. Infelizmente não temos a possibilidade de fazer aqui uma análise profunda, mas ficam algumas sugestões: ALBERTO, Paulina L. Quando o Rio era *black*: *soul music* no Brasil dos anos 70. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 63, n. 2, pp. 41-89, jul-dez. 2015; COELHO, Frederico. Sou brasileiro, confesso minha culpa e meu pecado: cultura marginal no Brasil das décadas de 1960 e 1970. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; NAPOLITANO, Marcos. *Coração civil: a vida cultural sob o regime militar (1964-1985). Ensaio histórico*. São Paulo: Intermeios, 2017. NAPOLITANO, Marcos. *Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. São Paulo: Contexto, 2001; ZAN, José Roberto. Jovem guarda: música popular e cultura de consumo no Brasil dos anos 1960. *Música Popular em Revista*, Campinas-SP, ano 2, v. 1, pp. 99-124, jul-dez. 2013;

Enquanto o circuito universitário de cultura garantia aos artistas que ficaram no país uma alternativa de trabalho, as “comunidades” contraculturais protagonizavam uma nova forma, não comercial, de viver a cultura, baseada na prática do artesanato, na diluição das fronteiras entre vida e arte e na busca de novos valores morais e de um novo comportamento sexual, com base no chamado “sexo livre”, fora dos padrões monogâmicos. Para este segundo grupo, o uso das drogas, sobretudo a maconha e as drogas alucinógenas como LSD, faziam parte da utopia de uma libertação individual e interior, ajudando a “expandir a mente” (NAPOLITANO, 2018, p. 174-175).

Kaminski afirma que, no Brasil, a maior e mais perseguida expressão dos movimentos de contracultura foi o movimento *hippie*, especialmente devido ao seu “exotismo”, seja nas vestimentas coloridas, adornos, ou cabelos e barbas longas, mas também pela marginalidade de vida que levavam, sem trabalho ou residência fixas, vivendo de nomadismo e da venda de seus trabalhos artesanais e artísticos. Esse combate aos *hippies* foi permeado de muitas representações anticomunistas, mas, claro, não somente anticomunismo. Os *hippies* eram mal vistos devido a seu modo de vida libertário, visto, pejorativamente, como relacionado a homossexualidade e drogadição, o que era considerado uma afronta aos bons costumes e à moral cristã ocidental.

Conforme relatório elaborado pelo centro de informações da Polícia Federal em 1969 e que circulou pelo SNI, os *hippies* “pregando amor, paz e liberdade” se proliferaram a partir de países europeus “obtendo publicidade em páginas coloridas de revistas, fumando maconha, influenciando consciências não amadurecidas, e contribuindo para o desfibramento da juventude”, e embora não se pudesse vincular diretamente os *hippies* ao “Movimento Comunista Internacional”, se podia vincular indiretamente pois esses indivíduos eram “contrários aos bons costumes e às sadias tradições sociais”, além de carregarem consigo “caráter de certa forma anarquista e desagregador”. Portanto, conforme conclui o documento, os *hippies* “deveriam ser enquadrados desde logo por vadiagem, o que se constituiria em medida preventiva contra o seu evidente potencial de periculosidade”<sup>5</sup>

A repressão aos *hippies* se deu por diversos órgãos da ditadura - polícias militares de estados, departamento de Polícia Federal, Delegacias de Ordem Política e Social e centros de informações e repressão das Forças Armadas, além da constante vigilância por parte do SNI - que especializaram e intensificaram sua atuação com o AI-5. Tais grupos eram vistos como infiltrados no país pelo “movimento comunista internacional” para desvirtuar a juventude e quebrar os pilares básicos da sociedade como a família e a Igreja. Seriam nada mais que “inocentes úteis”, ou seja, uma artimanha do comunismo soviético e chinês para alcançar o poder nas sociedades ocidentais.

Conforme assinala Alexandre Siqueira Lima, essa geração “desbundada” embora não fosse necessariamente contrária à tomada de poder, recusava as hierarquias partidárias e cartilhas militantes, o que os colocava à margem da esquerda tradicional que lutou contra a ditadura diretamente. Os *hippies* expuseram seu antiautoritarismo de outra maneira e sua “contestação e revolta voltou-se contra as instituições, o moralismo e os costumes” (LIMA, 2017, p. 38). Para os mais “engajados”, a luta cultural deveria envolver a luta pela libertação coletiva e não individual, logo os *hippies*, tropicalistas e demais grupos ligados à contracultura foram pejorativamente chamados de “desbundados”, termo que posteriormente irão assumir como identidade.

5 DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, Centro de Informações. Informação nº 396/96.

## ANTICOMUNISMO NO BRASIL: VIGILÂNCIA E REPRESSÃO A CONTRACULTURA DURANTE A DITADURA

O anticomunismo pode ser entendido como o conjunto de práticas e representações de oposição e negação sistemáticas aos ideais comunistas, ou aquilo que é entendido por determinados grupos por comunismo. Para Motta, especialista na história do anticomunismo no Brasil, os anticomunistas são “indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, pela palavra ou pela ação. A base de sua atuação estaria centrada, portanto, numa atitude de recusa militante ao projeto comunista” (MOTTA, 2002, p. XIX).

Entretanto, segundo Luciano Bonet, o anticomunismo é um fenômeno com “valores bem mais profundos que o de uma simples oposição de princípios, contida, não obstante, na dialética política normal, tanto interna como internacional”. Para o autor, explicações simplificadas de mera “oposição” não são suficientes para a compreensão deste fenômeno que é “complexo, ideológico e político ao mesmo tempo” (BONET, 2000, p. 34). Em suma, o anticomunismo pode ser entendido como “corpo doutrinário ou uma corrente de pensamento que possui um discurso e um imaginário próprios” e ao mesmo tempo constitui “um movimento político que engendra a ação e a militância de grupos organizados” (MOTTA in: SILVA; MEDEIROS; VIANNA, 1999, p. 49).

A revolução soviética de 1917 é um evento fundamental para o acirramento das fileiras anticomunistas no Brasil e no mundo, pois o temido fantasma do comunismo agora tinha existência real em um gigante país euroasiático.<sup>6</sup> Ou seja, enquanto o comunismo/socialismo era apenas um ideal de pequenos grupos militantes não mereceu grande atenção nos países capitalistas, mas a partir do momento em que ele é identificado a um Estado que se propôs a superar a sociedade capitalista e construir o socialismo rumo ao comunismo, a situação mudou agressivamente. Segundo Geoffrey Barraclough, ao sintetizar as disputas ideológicas do século XX “o drama da história contemporânea vem sendo descrito como um tremendo conflito de princípios e crenças, um choque entre ideologias irreconciliáveis” (BARRACLOUGH, 1964, p. 181).

É pertinente destacar o caráter multifacetado do anticomunismo no Brasil, com matrizes diversas e com atribuição do estigma de comunista a diversos grupos, desde anarquistas; socialistas; trabalhistas; nacionalistas; progressistas; populistas de esquerda; esquerda católica; liberais e social democratas. Essa aplicação indiscriminada do rótulo de comunista é feita geralmente por anticomunistas - conservadores e reacionários -, que buscam desacreditar ou prevenir contra qualquer processo de mudança social, sejam elas ou não ligadas ao comunismo. Este anticomunismo interno de tipo reacionário se traduz em sistemática repressão à oposição comunista e qualquer oposição de base popular que questione o estado de coisas. O historiador Nelson Werneck Sodré sintetiza bem a questão:

O anticomunismo resume a sua ideologia [da classe dominante]. Mas nunca, jamais, em tempo algum, o anticomunismo levou a democracia, particularmente em países como o Brasil. O anticomunismo sempre foi o caminho para a ditadura. Apresentado-se como acusador e acusando as suas vítimas de crimes infamantes, o anticomunismo leva, ele sim, a regimes em que crimes infamantes tornam-se o pão de cada dia - tortura, sequestro, assassinato, banimento, exílio -, como bem sabemos. (SODRÉ, 1986, p. 109)

<sup>6</sup> Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução que mudou o mundo: Rússia, 1917*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017; MIÉVILLE, China. *Outubro: história da Revolução Russa*. São Paulo: Boitempo, 2017; TROTSKY, León. *História da Revolução Russa*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2018. (3 volumes).

Segundo Motta (2002), o anticomunismo no Brasil possui três matrizes principais, que embora com suas particularidades entrecruzam-se: catolicismo, nacionalismo e liberalismo. A fins do objetivo deste texto, podemos relacionar mais diretamente o anticomunismo de cunho moralista presente na sociedade a partir da década de 1970 (especialmente após 1968) a forte tradição católica no Brasil - que ainda hoje é o país com mais católicos no mundo - por isso a importância de compreendermos mais a fundo a matriz católica do anticomunismo.<sup>7</sup>

Talvez a Igreja Católica Apostólica Romana tenha sido a instituição que mais se empenhou em combater o comunismo desde o século XIX e especialmente ao longo do século XX. Esse combate ao “inimigo vermelho” se dava por muitos meios, desde as Cartas Encíclicas, expedidas diretamente pelo Papa para toda a Igreja, até as pregações mais rotineiras em missas de domingo nas mais diversas e remotas localidades. Carla Rodeghero estudou algumas dimensões do anticomunismo católico, especialmente no Rio Grande do Sul. Segundo a historiadora, o imaginário anticomunista católico pode ser definido como “um conjunto de representações construídas e utilizadas por diversos setores da Igreja Católica para interpretar a realidade e os problemas vividos pela sociedade como um todo”, sendo que essas representações giravam em torno de um eixo comum, que nada mais era do que a “defesa da sociedade ocidental e cristã frente a expansão do comunismo” (RODEGHERO, 2003, p. 28-29):

O imaginário anticomunista expressava-se por meio da utilização intensa de elementos simbólicos, formulando definições que apropriavam, na maioria das vezes, de expressões com sentido conotativo (...) sendo muito ricas de significado, como a do *diabo*, do *demonio* e de *Satanás*, para identificar comunistas. Falava-se de *demônio vermelho*, nas *crueldades diabólicas do comunismo*, no *mundo dividido em dois grupos - o de Deus e o de Satanás - na maldade satânica do comunismo*, no *flagelo satânico*, na *propaganda verdadeiramente diabólica* etc (RODEGHERO, 2003, p. 33). [grifos no original]

Os eventos ocorridos na Espanha durante a Guerra Civil<sup>8</sup> geraram a mais feroz reação anticomunista, consagrada com a Encíclica *Divinis Redemptoris* de 1937, onde o líder máximo da Igreja condena o comunismo como “intrinsecamente mau”. Segundo Rodeghero, esse documento trata dos casos de perseguição à Igreja “entendendo-os como funestas consequências da aplicação da doutrina comunista” (RODEGHERO, 2017, p. 77). Esse foi o mais forte pronunciamento da Igreja sobre o tema, e teve no Brasil grande acolhida entre os católicos, especialmente porque a guerra civil na Espanha coincidiu com a primeira onda anticomunista após os levantes comunistas de 1935.<sup>9</sup>

7 Vale ressaltar que apesar da Igreja Católica ser uma das maiores instituições anticomunistas no século XX, a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965) houve uma importante reorientação doutrinária na Igreja, surgindo segmentos que priorizaram o combate à pobreza, a crítica ao capitalismo selvagem e a defesa aos direitos humanos. Na América Latina, o maior exemplo desses setores “progressistas” da Igreja é a Teologia da Libertação. Cf. NORONHA, Cejana U. Assis. Teologia da Libertação: origem e desenvolvimento. *Fragmento de Cultura*. Goiânia, v. 22, n. 2, pp. 185-191, abr-jun. 2012; BETTO, Frei. *Cristianismo e Marxismo*. Petrópolis, Vozes, 1986; BOFF, Leonardo. *O caminhar da Igreja com os oprimidos*. Petrópolis: Vozes, 1988; LOWY, Michael. Cristianismo da Libertação e marxismo: de 1960 aos nossos dias. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. (orgs). *História do marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960*. V. 6. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2007.

8 Cf. BUADES, Josep M. *A Guerra civil Espanhola*. São Paulo: Contexto, 2019.

9 Rodrigo Patto Sá Motta (2002) defende a tese de que, embora o anticomunismo seja um fenômeno constante, ele se apresentou com maior força e acolhida em momentos culminantes de crises políticas e sociais. O historiador defende a existência de três “ondas” de surto anticomunista na história do Brasil, embora se detenha com mais ênfase na primeira e na última. A primeira seria entre 1935 e 1937, do levante comunista de 1935 até o golpe do Estado Novo em 1937; outra onda teria se percebido relacionado ao início da Guerra Fria, entre 1945 e 1947; e finalmente a onda anticomunista percebida entre 1961 e 1964, desde a ascensão de João Goulart a presidência da República até o golpe de Estado de 1964.



aos opositores do regime e de fabricação de espantalhos, como a continuidade do mito do complô comunista ao longo de toda a ditadura<sup>14</sup> (FICO, 2001; 2009).

Segundo Daniel Samways, o SNI é produto da doutrina de Segurança Nacional e assim como esta doutrina ele foi imerso em um mundo de paranoia anticomunista, o que pode ser percebido na sua imensa quantidade de documentos produzidos muitas vezes de forma distorcida pelos agentes de informações “os quais enxergavam o perigo da subversão em praticamente tudo” (SAMWAYS, 2013, p. 88). O historiador ainda afirma que “as ações do SNI se distribuíam em três frentes: política, tóxicos e pornografia” que “eram então considerados vírus que ameaçavam não somente a estrutura militar, mas também o mundo ocidental como um todo. Esses vírus seriam agentes transmissores das doenças propagadas pelo comunismo internacional” (SAMWAYS, 2013, p. 92).

A partir das questões levantadas acima sobre o caráter do anticomunismo brasileiro e a constituição do Estado de Segurança Nacional e seus órgãos de repressão, em especial o SNI, podemos analisar a forma como os serviços de informações vigiavam e procuravam combater os movimentos ligados a contracultura a partir de um imaginário anticomunista construído na sociedade brasileira.

Mauricio Brito tem se dedicado ao estudo do anticomunismo de cunho moral durante a última ditadura brasileira, segundo o autor já no AI-1 o novo regime mostrava como um dos seus objetivos era a “reconstrução moral” da sociedade brasileira. “Além de nutrir e ter como uma das fontes o imaginário anticomunista e seu teor conservador” (BRITO, 2019, p. 4). Prossegue:

Logo, ideias de família, tradição e papéis de gênero alimentaram as Marchas e ampararam a expectativa de uma vaga moralidade a ser perseguida pela ditadura. Algumas frações recorreram a esta agenda para disputar posições, demarcar espaços e justificar medidas repressivas. Portanto, a análise das representações sobre subversão sexual da juventude dirigida pelos comunistas deve considerar a presença desta agenda difusa sobre a moral no golpe de 1964 e ao longo da ditadura. (BRITO, 2019, p. 4)

Conforme já delineamos, os eventos mundiais ocorridos em 1968 tiveram ampla repercussão entre os donos do poder, com as dezenas de manifestações estudantis e da oposição consentida, em um momento em que a ditadura vivia uma crise de legitimidade. A efervescência cultural e política daquele contexto caiu como uma luva para que os militares instrumentalizassem novamente o medo do “perigo vermelho” e utilizassem essas manifestações como pretexto para baixar o tenebroso AI-5<sup>15</sup>. Segundo Svartman, “no imediato pós 1968 não deveria haver entraves à ação repressiva do Estado” (SVARTMAN, 2008, p. 144)

Maud Chirio (2012), em estudo sobre as crises do poder militar ao longo da ditadura, também enfatiza os efeitos que os movimentos de 1968 tiveram para o regime. Segundo a historiadora, a partir de maio daquele ano os discursos oficiais aumentavam significativamente, e os oficiais passavam a denunciar a “escalada subversiva” pedindo medidas de endurecimento da repressão:

<sup>14</sup> Além do SNI criado logo no início da ditadura, os serviços de informação e repressão das Forças Armadas foram readequados para atender às demandas da nova conjuntura. O Centro de Informações do Exército (CIE) foi criado em 1967 especialmente para combater a luta armada; o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) em 1970 foi colocado diretamente subordinado ao ministro da Marinha e por fim o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) foi o último a ser criado com os mesmos fins. Além dos centros de informações das três armas, foram criados os Centros de Operações de Defesa Interna - Destacamentos de Operações de Informações (CODI-DOI) e reestruturadas as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS). Cf. ALVES, 1989; ANTUNES, 2001; FIGUEIREDO, 2005; JOFFILY, 2014.

<sup>15</sup> Discussão sobre o AI-5 é feita em: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional nº 5. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 38, nº 79, 2018.

O anticomunismo militar não é apenas reavivado pelos distúrbios políticos e a efervescência cultural de 1968: ele muda de tom. Enquanto os temas da destruição da família, da derrubada da moral e dos estragos provocados pelo materialismo ateu não eram até 1968 centrais nas declarações públicas dos militares, eles se tornam nesse momento provas obsessivas do progresso da subversão (CHIRIO, 2012, p. 121).

Essa reorientação do doutrinação anticomunista nas Forças Armadas, e por conseguinte nos demais órgãos do Estado, atribui as mudanças de 1968 - como a liberdade sexual, consumo de drogas, novos modos de vida à margem da sociedade capitalista - o novo instrumento do “comunismo internacional” para a conquista do Ocidente a partir das consciências e da cultura. Em suma, “esses processos trouxeram novas ansiedades aos anticomunistas e conservadores, pois havia um público jovem que adotava novas posturas comportamentais por uma crítica ao *status quo*” (BRITO, 2020, p. 872). Os anticomunistas utilizaram das questões da moral e dos bons costumes como peça principal contra as mudanças experimentadas no período. Segundo Maurício Brito:

Argumentavam que os comunistas visavam destruir a família e estimular a corrupção dos costumes, utilizando o erotismo, a pornografia, a promiscuidade sexual e a homossexualidade. De um lado, isso parece ter se inspirado num imaginário anticomunista de matriz católica a respeito da suposta imoralidade dos comunistas retroalimentada por interpretações negativas da Revolução Russa, como já dito, uma deturpação de reflexões e experiências revolucionárias no campo da liberdade sexual, das relações de gênero, da coletivização do trabalho doméstico e do papel da família na educação dos filhos. (BRITO, 2019, p. 16)

Neste texto nos detemos às informações produzidas pelo SNI sobre a presença do comunismo no Brasil relacionados aos movimentos surgidos ao final dos anos 1960. Segundo Brito, o SNI foi um dos órgãos de informações utilizado pela ditadura “para manter a agenda anticomunista na pauta do Estado, vociferando a responsabilidade do movimento comunista internacional no uso de uma estratégia subversiva no plano dos costumes para destruir o ocidente” (BRITO, 2019, p. 9). No acervo do SNI<sup>16</sup> há uma infinidade de documentos, entre informes, informações, relatórios especiais e memorandos que revelam a paranoia e obsessão anticomunista dos serviços secretos, com assuntos como: “linhas de atuação do Movimento Comunista”; “infiltração comunista” em diversas áreas, “imperialismo soviético”; atividades comunistas no Brasil e na América Latina; “propaganda do MCI contra o Brasil” etc. Maria Aparecida de Aquino resume de forma assertiva esse tema, afirmando que “pode-se encarar o anticomunismo como a “doença do aparato repressivo brasileiro”, pelo menos na fase pós-1935 no Brasil e durante a chamada Guerra Fria” (AQUINO, 2002, p. 16).

Durante a ditadura de Segurança Nacional, além da perseguição, espionagem, prisão, e toda sorte de repressão aos grupos e partidos de esquerda, especialmente aos partidos comunistas, o anticomunismo teve uma importante dimensão moral sexual. Segundo Brito, os grupos anticomunistas atuantes durante a ditadura, utilizaram a retórica da moral e dos costumes como arma política, para esses grupos os comunistas utilizavam o sexo e as drogas como estratégia para a destruição das famílias. Os militares perceberam esses embates - pós 1968 - como manifestações de subversão que envolviam “projetos políticos, mas também corpos, comportamentos sexuais, estética, gostos musicais, linguagem e dinâmicas de sociabilidade juvenil” (BRITO, 2020, p. 861).

16 Disponibilizado no site do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas

Carlos Fico afirma que, se tratando dos órgãos de informação e repressão da ditadura, pode-se falar sem exageros de uma paranoia anticomunista abastecida por delírios persecutórios e teorias da conspiração (FICO, 2009, p. 179-180). Essa obsessão anticomunista nada mais era que uma maneira de utilizarem-se industrialmente do sentimento de medo difundido na sociedade. Conforme assinala Motta:

Essa insistência na “tecla” do anticomunismo pode gerar estranhamento, pois, além da repressão ter sido forte o suficiente para desbaratar os grupos revolucionários, nos anos 1970 os Partidos Comunistas estavam em declínio, superados por novos grupos e lideranças de esquerda. Pode-se dizer que, nesse momento, como em épocas anteriores, vigorou estratégia de industrialização do anticomunismo, ou seja, de mobilização oportunista do medo ao “perigo vermelho” (MOTTA, 2012, p. 138)

Os agentes de informação tinham uma formação básica, na Escola Superior de Guerra ou na Escola Nacional de Informações, com caráter marcadamente anticomunista e conservador, o que conferia uma identidade aos grupos responsáveis pela coleta e produção de informações, relatórios, dossiês etc. Conforme Vitor Garcia, “o processo de seleção de pessoal para integrar esses órgãos tinha como pré-requisito básico a orientação político-ideológica, pautada na época pela lógica do anticomunismo” (GARCIA, 2013, p. 148). Sobre os documentos produzidos por esses indivíduos e que hoje temos maior acesso, eles são imprescindíveis para nossa compreensão da ideologia, das ideias, impressões, preconceitos e convicções dos agentes que tinham papel chave na manutenção da ditadura. O autor afirma:

É de extrema importância assinalar que a produção desses documentos envolvia, portanto, um duplo aspecto: se por um lado, são resultado de ações políticas - escritos apresentando os desdobramentos de prisões, interrogatórios, ou mesmo, o trabalho de agentes infiltrados em passeatas e reuniões de grupos de oposição ao regime constituído - por outro, são instrumentos de ações políticas - a partir das impressões, interpretações, experiências e investigações desses agentes, formulavam-se desde operações no âmbito dos próprios órgãos, como até mesmo ações conjuntas e transformações mais amplas na política de segurança nacional. (GARCIA, 2013, p. 152)

Conforme Renan Quinalha (2017), em importante pesquisa sobre as políticas sexuais ao longo da última ditadura, os temas comportamentais, discussões de gênero e questões de ordem moral não tiveram muito espaço na produção acadêmica ou memorialística do período ditatorial, embora a “retórica da moralidade pública e dos bons costumes” tenha sido elemento “central na construção da estrutura ideológica que deu sustentação à ditadura de 1964” na medida em que valores conservadores como “defesa das tradições, a proteção da família, o cultivo dos valores religiosos cristãos” animaram uma “verdadeira cruzada repressiva contra setores classificados como indesejáveis e considerados ameaçadores à ordem moral e sexual então vigente” (QUINALHA, 2017, p.25-26). Segundo Quinalha (2017), nesse sentido, a comunidade de informações cumpria uma clara função de “alimentar uma sensação permanente de indignação para provocar medidas cada vez mais rigorosas das estruturas censórias nas diferentes linguagens artísticas e meios de comunicação”, entre eles a “televisão, teatro, cinema, música, livros, revistas e jornais, inclusive na chamada “imprensa gay” (QUINALHA, 2017, p. 36).

Em 1969 circulou entre o SISNI uma extensa informação sobre os “novos processos da guerra psicológica desencadeada pelo Movimento Comunista Internacional”, que estaria atuando por meio de intelectuais de esquerda e padres progressistas. A guerra psicológica do MCI agora se dava por meio

do “terrorismo cultural manejados pelos Agentes de influência comunistas”.<sup>17</sup> Percebe-se como as mudanças ocorridas na sociedade brasileira eram superdimensionadas em sentido de atacar qualquer tipo de progresso, e ao mesmo tempo demonstrar como as medidas repressivas e de censura ainda eram necessárias.

Em outro longo documento de 1972 produzido pelo SNI e difundido para toda a comunidade de informações e repressão, se denunciava a “corrupção dos costumes por intermédio dos meios de comunicação”. O relatório inicia, como era praxe nos documentos de caráter anticomunista, tentando dar alguma legitimidade ao conteúdo citando, sem indicar nenhuma fonte, uma frase atribuída ao líder soviético Nikita Krushov, onde o premiê afirma que “a imprensa, o rádio, a literatura, a pintura, a música, o cinema, o teatro, são poderosas armas ideológicas de nosso Partido”.<sup>18</sup> Mais adiante o mesmo documento distorce a realidade ao afirmar que “a sociedade brasileira vem sendo submetida a um processo paulatino de aceitação da pornografia, através da ampliação gradativa e sistemática do apelo pornográfico nos meios de comunicação de massas.” desde pelo menos 1968 e que:

No mundo moderno - justificam - o tabu da obscenidade só se faz presente no entendimento ultrapassado de pessoas antiquadas, de pessoas “quadradas”. Sendo este o pensamento dominante da maioria dos responsáveis pela nossa imprensa - e a conclusão não pode ser outra, a vista do que fazem publicar sob suas chancelas, excetuando-se o interesse comercial - diariamente, ao se abrir os jornais e revistas encontram-se fotografias, legendas e citações, veladas ou flagrantemente pornográficas. Esse movimento de erotismo, que contribui para a decadência moral da sociedade, essa verdadeira “sexolatria”, não tem raízes no BRASIL, sendo importada da EUROPA e da AMÉRICA DO NORTE.<sup>19</sup>

Ou seja, na visão da ditadura e seus órgãos de informação, a sociedade brasileira estava sendo submetida a um processo de “degradação moral” importada da Europa e dos EUA, possivelmente referindo-se aos movimentos pós 1968 e a contracultura, pois aliada a isso havia “o incentivo ao uso dos tóxicos, notadamente entre a juventude, o qual, além de corromper a mente dos jovens, tornando-os dependentes dos traficantes, **contribui para os cofres do comunismo internacional**”<sup>20</sup> (grifos meus).

Por fim, o documento afirma que para combater a “ruína moral da nossa sociedade” o Brasil deveria tomar o lema de um anticomunista alemão, que afirmava que vivia-se a “terceira guerra da violação dos espíritos e do envenenamento moral de gerações inteiras. Uma guerra mais terrível que a das bombas e dos canhões, a guerra da poluição do corpo e da mente”, um conflito “da moral estrábica, que condena a bomba nuclear e aceita a dinamite de fabricação caseira”.<sup>21</sup> Essa “guerra mais terrível que a das bombas e canhões” pode ser vista como a guerra contra os movimentos contraculturais e de libertação das mentes e corpos, vista como uma “poluição” pelos reacionários.

Portanto, essa circulação era muito maior do que somente dentro da comunidade de informações, visto que essa comunidade na verdade era a “voz autorizada” do regime, considerada como produtora profissional de ideias que seriam difundidas a todas as instâncias do governo e que mobilizariam para ações repressivas, em suma, os agentes do SNI eram produtores da ideologia oficial do regime.

17 SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Informação C, nº 08/SC-4/AC/SNI, 31/12/1969. p. 3

18 SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Informação C, nº 1271/19/AC/72, 28/12/1972. p. 2

19 *Idem*.

20 SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, Informação C, nº 1271/19/AC/72, 28/12/1972, P. 4

21 *Idem*.

Como já vimos, os movimentos ligados à contracultura, especialmente os *hippies*, tinham um outro tipo de relação com as drogas, seja maconha, LSD ou qualquer outro psicotrópico. Esse foi um dos argumentos centrais para a perseguição a esses indivíduos e grupos, levando a dezenas ou centenas de prisões por vadiagem. Além das prisões, a questão das drogas também serviu de argumento para a produção de informações sobre uma suposta associação entre comunismo e a chamada “toxicomania”, como podemos ver em uma informação do SNI onde afirma-se que:

A toxicomania e uma das **mais sutis e sinistras armas do variado Arsenal do MCI**, que, dia a dia, a emprega em escala crescente, consubstanciado, na prática, os ensinamentos de LENINE e MAO TSE TUNG, em sua busca contínua e subreptícia pelo domínio do mundo e escravidão da humanidade.<sup>22</sup> (grifos meus)

O documento ainda acusa a China de ser o país responsável pela disseminação das drogas pelo mundo, configurando nova tática do comunismo tendo em vista que “o tráfico de droga, [foi] inovação introduzida pelos chineses no aparato da Revolução totalitária” e que “O Comitê Central do Partido Comunista Chinês promoveu, em 1953, uma conferência com o objetivo de intensificar a produção e a exportação de drogas”. Concluem a série de devaneios, sem mostrar em momento algum de onde saíram as informações, e ainda afirmam que “está, hoje, perfeitamente comprovado, mediante pesquisas realizadas por entidades internacionais, que PEQUIM utiliza o tráfico de drogas como recurso de sobremodo eficiente contra o mundo livre”.<sup>23</sup> A paranoia anticomunista e antidrogas chega ao ponto de afirmar que “de acordo com os dados estatísticos, a maior parte das reservas de ouro e de dólares da CHINA COMUNISTA, que tem crescido progressivamente, é fruto da venda de heroína” e que enquanto no gigante asiático o consumo de ópio seria expressamente proibido “o seu cultivo era incrementado para, uma vez dele retirados os princípios ativos, servir como arma contra o inimigo, como uma das formas de guerra fria” pois “para acelerar o processo Revolucionário no Ocidente Americano, é necessário provocar a decadência moral”.<sup>24</sup>

Por fim, a apreciação final do extenso documento afirma que o Movimento Comunista Internacional “está em condições de empregar recursos de todos os tipos, legais ou clandestinos, pacíficos ou violentos, morais ou imorais, para alcançar o triunfo de uma causa cujo objetivo final e a ambicionada hegemonia comunista sobre o mundo”. E que, embora os instrumentos tenham mudado ao longo do tempo, especialmente depois de 1968, o objetivo final não mudou “e estes são, quer para MOSCOU, PEQUIM ou HAVANA, destruir a estrutura sócio-econômica do Ocidente”.<sup>25</sup>

O SNI também se preocupou com a incapacidade do governo em lidar com o “descenso gradual dos princípios morais”, além da “inobservância dos preceitos morais” da sociedade brasileira em 1979. Segundo a informação da agência paulista do SNI, dois fatores contribuíam decisivamente para essa degradação da sociedade: “o tóxico e a permissividade sexual”, ou seja, havia uma preocupação especial com a questão das sexualidades e do consumo de drogas, pois segundo o documento “há que se considerar que tóxico e sexo trazem profunda relação”.<sup>26</sup> Esse documento de 1979 ainda faz avaliações

22 SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Informação C, nº 0010/19/AC/73, 08/01/1973, p. 1

23 Id, Ibid, p. 2-3

24 Id, Ibid, p. 4-5

25 Id, Ibid, p. 7-8

26 SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, Informação C, nº 350/119/ASP/79

sobre a situação naquele momento e as atitudes do poder público. Conforme a informação, o governo deixava a desejar tanto na prevenção quanto na repressão a disseminação das drogas, e isso se dava por alguns fatores como: a dificuldade de fiscalização das fronteiras, que era por onde geralmente entravam drogas e indivíduos “indesejáveis” no país, envolvimento de pessoas de classe alta com o tráfico de drogas, falta de rigorosidade na legislação que regulava as penalidades, e especialmente a “permissividade sexual desenvolvida após os movimentos “hippies” [que] vem sendo estimulada pelos meios de comunicação”. Destaca-se:

- Imprensa alternativa que, além de seu caráter contestatório, vem dando ênfase às questões sexuais, particularmente os desvios e perversões mostradas em linguagem vulgar e ilustradas com desenhos e fotos nitidamente pornográficos;
- Outras publicações que se apregoam de cunho científico ou artístico, amplamente divulgadas nas bancas de jornais e revistas, também se prestam a pornografia;
- A televisão, em vários programas, particularmente nas novelas e seriados, aborda o problema sexual com frequência e, em alguns casos, desvirtua-se para a degeneração familiar e ao homossexualismo, buscando com isso conseguir maior audiência; (...)<sup>27</sup>

Ou seja, o documento atribuía ao movimento hippie, imprensa alternativa, televisão, cinema e teatro a culpa pelo que chamam de “descenso gradual dos princípios morais” causados pela “permissividade sexual” e pelos “tóxicos”. Na conclusão do documento, ainda dão a entender que isso estava sendo causado pelo momento de distensão e abertura política, pois os aparatos repressivos e a censura estavam começando a ser desarticulados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos desdobramentos e pesquisas ensejadas pela Comissão Nacional da Verdade, instituída em 2011 e finalizada em 2014, muito se debateu sobre as novas possibilidades de estudo e reflexão acerca da ditadura civil-militar de Segurança Nacional vigente no Brasil por 21 anos. O texto temático sobre a questão da “Ditadura e Homossexualidades” presente no relatório final da CNV, escrito em parceria por James Green e Renan Quinalha sob supervisão do comissionado Paulo Sérgio Pinheiro, foi uma importante porta de entrada para que surgissem novas propostas de pesquisa. Se ainda hoje o tema das moralidades e bons costumes, sexualidades dissidentes e repressão baseada em questões de gênero, raça e classe é tema menos recorrente nas pesquisas sobre a ditadura, antes desses primeiros movimentos a situação era ainda mais preocupante.

Embora ainda tenha muito que se avançar nos temas comportamentais, homossexualidades masculina e feminina, gênero, transversalidades, enfim, tudo o que era considerado “desvio moral”, “promiscuidade” ou “permissividade sexual” pela ditadura, as pesquisas das diversas áreas das ciências humanas mostram-se imprescindíveis. Neste artigo, nosso propósito foi analisar como o discurso moralista da ditadura contra os movimentos contraculturais tinham uma clara dimensão anticomunista, o que podemos constatar a partir de fontes dos órgãos de informação do Estado no período.

Discorreremos sobre alguns exemplos da mudança no discurso anticomunista da ditadura de Segurança Nacional a partir dos novos elementos sociais e culturais trazidos pelos movimentos de

<sup>27</sup> Id., Ibid.

1968 e pela contracultura. A produção documental dos serviços de informação e repressão é imensa, mas acredito que as questões levantadas são ilustrativas para que entendamos o contexto.

Leon Kaminski procurou demonstrar como as ações de prisão e investigação contra os *hippies* ao longo da década de 1970 estavam intimamente ligadas a práticas e representações ligadas a um imaginário anticomunista. Neste artigo, dialogando com o autor, procuramos olhar sob a perspectiva do Serviço Nacional de Informações, que embora não fosse um órgão de repressão por excelência, atuava em ligação estreita com os demais órgãos de repressão direta contra os “inimigos internos”. Conforme sintetiza:

Nos primeiros anos da ascensão bolchevique, alguns avanços soviéticos – como o divórcio, a libertação da mulher, o aborto e a educação sexual – eram propagandeadas pelos anticomunistas como provas da imoralidade e da degradação da sociedade comunista e da destruição da estrutura familiar. As representações veiculadas ligavam o comunismo ao crime e ao pecado, ao vício e ao mal, cristalizando uma imagem horripilante de degradação e de dissolução dos costumes. Nessa perspectiva, todos os vícios e imoralidades seriam utilizados pelos comunistas para a tomada do poder. Diante da série de transformações culturais e da “revolução dos costumes” que se faziam presentes nas décadas de 1960 e 1970, essa perspectiva moralista do imaginário anticomunista brasileiro seria atualizada ao novo contexto. (KAMINSKI, 2016, p. 474)

Ou seja, “as representações anticomunistas esboçavam uma reação a mudanças reais experimentadas durante a ditadura” como o papel da televisão como meio de comunicação de massa; a entrada de mulheres brancas de classe média no mercado de trabalho; a difusão da pílula anticoncepcional; a expansão da indústria cultural, da TV, cinema e mercado editorial, e, principalmente, a reorganização das oposições e dos novos indivíduos e grupos que reivindicavam os seus direitos de existir sem medo em seu país. Enfim, todas as mudanças significativas pelas quais passou a sociedade brasileira foram vistas como “licenciosidades” pelos ultraconservadores e reacionários militares brasileiros.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI e ABIN: uma leitura da atuação dos Serviços Secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- AQUINO, Maria Aparecida de. [Et. Al] *O dissecar da estrutura administrativa do DEOPS-SP - o anticomunismo: doença do aparato repressivo brasileiro. Famílias 30 e 40*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à História contemporânea*. São Paulo: Círculo do Livro, 1964.
- BONET, Luciano. Anticomunismo (verbetes). In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UNB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp. 13-42

BRASIL. Lei 4341, de 13 de junho de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 13 jun. 1964. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4341-13-junho-1964-376645-norma-actualizada-pl.html>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

BRITO, Antonio Mauricio. “Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida”: anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 26, 2019. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/90662>>. Acesso em: 20 abri. 2021.

BRITO, Antonio Mauricio. A subversão pelo sexo: representações anticomunistas durante a ditadura no Brasil. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 36, n. 71, pp. 859-888, set/dez 2020. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752020000300859](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752020000300859)> Acesso em: 20 abri. 2021.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: O poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio A.D; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: Espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. *História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais*. São Paulo: Contexto, 2016.

FICO, Carlos. Espionagem, Polícia Política, censura e propaganda: os pilares da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp. 167-205.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luis a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GARCIA, Vitor. Os documentos da comunidade de informações e segurança nos anos ditatoriais (1964-1985): uma análise crítica. In: STAMPA, Inez T; NETTO, Rodrigo S. *Arquivos da repressão e da resistência: comunicações no I Seminário Internacional Documentar a Ditadura*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOFFILY, Mariana. O aparelho repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel A; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. pp. 158-171.

KAMINSKI, Leon Frederico. “O movimento hippie nasceu em Moscou”: imaginário anticomunista, contracultura e repressão no Brasil dos anos 1970. In: *ANTÍTESES*, v. 9, n. 18, p. 467-493, 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1933/193349764019.pdf>>. Acesso em: 21 abri. 2021.

LAGOA, Ana. *SNI: como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LIMA, Alexandre Siqueira. *Primavera nos dentes: desbunde, anticomunismo e repressão na cidade em quadrinhos (1972-1973)*. Dissertação (Mestrado em História). Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras. *Contemporânea: Historia y problemas del siglo XX*, Montevideo (Uruguai), Ano 3, Volume 3, 2012. Disponível em: <[http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2014/10/Contemporanea03\\_2012-11-23-webO-07.pdf](http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2014/10/Contemporanea03_2012-11-23-webO-07.pdf)> Acesso em: 20 abri. 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo (verbetes). In: SILVA, Francisco C. T; MEDEIROS, Sabrina E; VIANNA, Alexander M. *Dicionário crítico do pensamento da direita: instituições, ideias e personagens*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1999.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2018.

. *História contemporânea 2: do entreguerras a nova ordem mundial*. São Paulo: Contexto, 2020.

NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e Terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos [et al]. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. pp. 143-179.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. *Capítulos sobre a História do século XX*. Tese (doutorado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp. 133-166.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, Daniel A; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. pp. 30-47.

RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

RODEGHERO, Carla Simone. *Memórias e combates: uma história oral do anticomunismo católico no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: o imaginário anticomunista e a Igreja católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Editora UPF, 2003.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. *Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973)*. Tese (doutorado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 2014.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. Conhecer o inimigo é preciso: o Serviço Nacional de Informações e a comunidade de informações na ditadura militar brasileira. *Revista Angelus Novus*. São Paulo, nº 5, junho de 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/88875/91749>>. Acesso em: 16 mai. 2021.

SETEMY, Adrianna. *Entre a revolução dos costumes e a ditadura militar: as cores e as dores de um país em convulsão*. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

SETEMY, Adrianna. Vigilantes da moral e dos bons costumes: as condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. *Topoi. Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/topoi/a/hphSyQc6TDYyWfBj5gkVMWD/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 22 abri. 2021.

SILVA, Francisco C. T; MEDEIROS, Sabrina E; VIANNA, Alexander M. *Dicionário crítico do pensamento da direita: instituições, ideias e personagens*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1999.

SILVA, Elisabeth Murilho da. Rigidez e relaxamento: a emergência da cultura juvenil e seus impactos na moda e no comportamento. In: *anais 7º Colóquio de Moda*, Maringá. PR: Universidade Cesumar. 2011. Disponível em: <[http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202021/GT08/GT/GT\\_89452\\_Rigidez\\_e\\_relaxamento\\_a\\_emergencia\\_da\\_cultura\\_juvenil\\_e\\_seus\\_impactos\\_na\\_moda\\_e\\_no\\_comportamento\\_.pdf](http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202021/GT08/GT/GT_89452_Rigidez_e_relaxamento_a_emergencia_da_cultura_juvenil_e_seus_impactos_na_moda_e_no_comportamento_.pdf)>. Acesso em: 12 mai. 2021.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A intentona comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.